

METODOLOGIA E CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA DE ESCOLAS PÚBLICAS SOBRE ENSINO E APREDIZAGEM DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Judcely Nytyeska de Macedo Oliveira Silva (1); Leonardo Lira de Brito (1)

Universidade Federal de Campina Grande – ufgc.juudy@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande – Leonardoliradebrito@gmail.com

RESUMO: Embora sejam poucos os estudos ligados à temática educação inclusiva no ensino de matemática pesquisadores tem procurado analisar essas questões, tudo o que nos desperta a vontade de realizar este estudo, para isso, utilizamos como fundamentação teórica deste estudo várias pesquisas bibliográficas, tais como: (ALVES, 2006; CECÍLIA, 1996; CARVALHO, 2004; OLIVEIRA, 2008.), com o interesse de entender melhor sobre a educação inclusiva nas aulas de matemática. Diante disso, é notório que a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na escola regular requer docentes dispostos e preparados para trabalhar com as diversidades, os mesmos necessitam entender as diferenças e reconhecer o potencial de cada educando que faz parte do processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, perceber e vivenciar a educação como um direito e a escolarização como o início popular em garantir a importância da diferença e das qualidades humanas, para que os educandos com necessidades educacionais especiais tenham direito de ser sujeitos de conhecimentos. Este estudo é fruto de uma pesquisa qualitativa, com objetivo de compreender e verificar quais recursos e metodologias os professores de matemática utilizam na inclusão educacional de alunos com necessidades educativas especiais. Na coleta de dados optamos por aplicação de um questionário com dez questões, para ser aplicado entre os educadores de matemática que atuam nas escolas públicas do município de Baraúna-PB, sendo apenas duas escolas, uma Municipal e outra Estadual, nas duas instituições termos no total de cinco professores de matemática, sendo que apenas três se disponibilizaram a participar da pesquisa, ou seja, não sabemos o motivo a qual os demais não aceitaram.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino de Matemática; Professores.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental de todas as pessoas, sejam elas portadoras de necessidades educativas especiais ou não. A segurança de uma educação melhor provoca, entre diversos fatores, um direcionamento, da instituição não somente na aceitação, mas consiste também na valorização das diferenças. A valorização se realiza no desempenho da importância cultural, os que fortalecem, identificação pessoal e grupal, apoiado pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Supondo que, cada educando em uma sala de aula apresente particularidades próprias e um conjunto de estímulos e conhecimentos que os tornam únicos e especiais, formando uma diferença de ritmos e interesses de aprendizagem, os desafios e as perspectivas da instituição hoje é trabalhar com essas diferenças na experiência de estabelecer a importância do método ensino-aprendizagem, acabando absolutamente o seu caráter excludente, de maneira que estejam incluídos neste processo que por direito, são deles.

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras... (CARVALHO, 2004, P. 77).

Assim, para que a inclusão de estudantes com necessidade educativas especiais no sistema regular de ensino se concretize, permitindo o resgate de sua cidadania e desenvolvendo as expectativas existenciais, não basta a promulgação de leis que estabelece a criação de cursos de capacitação básica de educadores, nem a obrigação de matrícula nas instituições da rede pública. Estas são medidas essenciais sem dúvida, mas não são suficientes.

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; (MEC, BRASIL, 2000, p. 7).

É necessário estabelecer e organizar o aumento de táticas de influência que facilitem a prática desta proposta.

A Educação Inclusiva tem permanecido alvo de várias pesquisas e vem fazendo parte do dia-a-dia de docentes e pesquisadores em busca conquistas e avanços. Uma preocupação bastante relevante dos pesquisadores é a urgência e necessidade de um ensino inclusivo para os educandos com necessidade educativas especiais no ensino regular. Entretanto, não são mínimas as necessidades especiais dos educandos no método de escolarização, bloqueando deste modo, as tarefas dos docentes nesse processo.

Mas diversos docentes não encontram-se preparados para praticar atividades em sala de aula de maneira que englobe os educandos com necessidade educativas especiais, a revelação de algumas pesquisas concretizadas no Brasil (MOURÃO, 2011; PIMENTEL, 2012; PINHEIRO, 2010). Se tratando dos docentes que ensinam matemática a circunstância, a princípio, assemelhar-se a ser mais dificultoso do que se imaginava, visto que, os conhecimentos da matemática têm grande importância na vida social, seja incluindo ou excluindo pessoas.

Quando se fala de matemática e da necessidade de seu ensino, é importante indicar a que matemática nos referimos. Na época dos gregos, podia-se falar do cálculo e da geometria como partes únicas de um corpo de conhecimentos bem delimitado e não muito extenso. Hoje em dia, porém, a quantidade de matemática que se conhece é imensa e cresce constantemente, tornando-se difícil decidir qual deve ser a matemática que se aconselhe ensinar e como deve ser apresentada para sua melhor compreensão e sua melhor utilidade para o futuro dos alunos. (MINAYO, 2011, p.14).

Isto nos confirma que devemos ter mais atenção para assumirmos determinações sobre quais conteúdos trabalhar e de que forma o mesmo vai ajudar na vida de cada aluno. Pois ao ensinar o aluno com necessidades educativas especiais, temos que avaliar o seu nível de dificuldade em aprendizagem.

Embora a matemática seja de ampla aplicação na sociedade em geral, sua habilidade tem vivido com um sério questionamento, ou seja, de que maneira tornar a disciplina de matemática mais inclusiva para os alunos com necessidades educativas especiais? Nesta perspectiva, é importante o desenvolvimento de pesquisas sobre os desafios que os professores de matemática têm em fazer uso de inovações metodológicas para o uso do ensino significativo destes alunos.

À proposta de trabalho a ser discutida envolve uma tentativa de se levar em conta as concepções dos alunos e professores sobre a natureza da matemática, o ato de se fazer matemática e como se aprende matemática. Essas concepções terão que ser modificadas para que se possa ter uma renovação no ensino da matemática (D'AMBROSIO, 1989, p.2).

Por fim, se tratando da inclusão nas aulas de matemática, a circunstância não parece ser tão simples. Avaliar as dificuldades que os professores de matemática expõem em trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais é uma urgência na atualidade, correspondente à necessidade de inclusão que estes educandos passam. Perante isso, este artigo foi desenvolvido trazendo como principal objetivo compreender e verificar quais recursos e metodologias os professores de matemática utilizam na inclusão educacional de alunos com necessidades educativas especiais. A pesquisa foi desenvolvida nas escolas públicas do Município de Baraúna-PB.

METODOLOGIA

Este artigo refere-se a uma pesquisa realizada em duas escolas públicas uma Estadual e outra Municipal, localizada no município de Baraúna-PB. A pesquisa tem como intenção compreender e verificar quais recursos e metodologias os professores de matemática utilizam na inclusão educacional de alunos com necessidades educativas especiais, o que nos diz da importância de utilizar os métodos qualitativos.

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto, em que encontra cada objeto de pesquisa. (OLIVEIRA 2008, P. 68).

Logo, a pesquisa foi realizada no mês de Setembro de 2017. Na coleta de dados foi utilizado aplicação de questionário, sendo o mesmo aplicado com os professores licenciados em matemática e que atuam do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental e de 1º ano ao 3º ano do ensino Médio, que

nas duas escolas soma o total de cinco professores, porém apenas três professores aceitaram participar do estudo, o questionário tinha dez questões sobre o referido tema.

Optamos por aplicar o questionário com os educadores das séries finais do ensino fundamental e médio, pois acreditamos que é nesse momento escolar que é nesse momento escolar que os discentes precisam de mais autonomia para assim construir seus conhecimentos, nesse sentido, a temática da inclusão no levante à matemática é essencial para que eles assumam o papel de alunos que compreendem o que lhes é ensinado e não como meros decodificadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados no total de três professores de matemática, o qual nomeamos de A, B e C conforme descrito no Quadro 1.

Professores ¹	Escola
A	Municipal, Estadual
B	Municipal
C	Municipal

No decorrer da análise de dados tivemos diferentes respostas quando perguntamos como ter certeza de que um aluno com necessidades educativas especiais estava apto a frequentar a sala e aula? A professora A diz: *“Não tem como dizer ou afirmar que o aluno está apto ou não”*. Já o professor B diz: *“Pelo desenvolvimento do aluno”*. E a professora C diz: *“De acordo com a lei todos tem direito. Sendo que em alguns casos faz-se necessário uma autorização dos profissionais da saúde que fazem o acompanhamento da criança e/ou adolescente”*.

Diante das respostas dadas pelos professores notamos que apenas uma professora fala brevemente sobre lei, mas que também não deixa claro qual seria essa lei. De acordo com a legislação federal 2011 Resolução CNE/CEB nº2:

Institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Mediante a lei citada acima, fica claro que todos os alunos com necessidades educativas especiais devem estar incluídos dentro das salas de aula juntos com os demais alunos considerados “normais”. Durante as perguntas do questionário, buscamos saber de que forma os professores de matemática ensinavam os conteúdos dentro de sala de aula para alunos com necessidades educativas especiais. A professora A relata que *“É repassado de forma igualitário para todos os*

alunos, pois não tem como numa sala de aula com uma média de 45 alunos trabalhar de forma diferenciada”. Já a professora C relata que “Sempre busco tratar meu aluno com deficiência de forma igualitária. Sendo que em conteúdos específicos sinto dificuldade em repassar visto a falta de recursos didáticos”. Diante a resposta dessas duas professoras notamos a dificuldade que as mesmas têm em passar os conteúdos de matemática para os alunos em questão. Já o professor B diz: “Dando explicação do conteúdo individual”, é aí que nos questionamos será que é inclusão ou exclusão? De acordo Vygotsky (1991),

O desenvolvimento humano pode ser visto como um processo sócio-cultural, ou seja, pode-se dizer que o indivíduo se desenvolve a partir da apropriação que faz da cultura. Contudo, esta apropriação somente é possível quando existe um processo de relação e interação com outros indivíduos. Pode-se dizer, então, que o desenvolvimento não é um processo de acumulação, e sim um processo dinâmico de transformações físicas e psicológicas.

Nessa definição, o estudo pautado na solidariedade, no profissionalismo e, também nas indulgências aos quais os educandos com necessidades educativas especiais estão cavado a um adequado ato de inclusão social.

De acordo com o questionário outras respostas que nos chamou atenção foi quando perguntamos como eles avaliavam os alunos de inclusão? Responderam: (B) “Pela participação do mesmo nas aulas”. (C) “A avaliação vai além dos conteúdos para esses alunos. Vários outros fatores são observados de acordo com suas habilidades e potencialidades”. (A) “Não existe inclusão, esta inclusão ficou apenas nas leis, pois, quando você faz uma metodologia diferenciada você acaba excluindo”. O professor B, deixa claro sua resposta, porém, os mesmos não detalham de que participação ele está falando, onde podemos interpretar de várias maneiras como por exemplo: apenas por frequência. Já a professora C, responde um pouco mais claro, deixando uma curiosidade ao pesquisador quando ela fala de habilidades e potencialidades, porque nessas duas palavras compreendemos que os alunos portadores de necessidades educativas especiais têm suas próprias maneiras de aprender e compreender. A resposta da professora A, foi bastante interessante porque ela deixa bem claro quando fala na questão que a “inclusão ficou apenas nas leis”, a mesma mostra a euforia sobre as tais questionadas leis, leis que não exemplifica qual a mesma está se referindo. Portanto, as demais respostas em nenhum momento explica realmente como eles avaliam os alunos com necessidades educativas especiais. GOLDBERG (1998, P.28) Nota que “educar é transformar”. Na contemporaneidade, os educadores estão sendo chamados a repensar sua função docente, haja vista as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais pelas quais passa a sociedade e que, de certa forma, solicitam um novo modelo de escola. (COSTA, 2006, p. 49).

Analisando a trajetória percorrida pelos professores de matemática com alunos de inclusão dentro de sala de aula, fizemos a seguinte pergunta: Você poderia citar alguma experiência de ensinar a disciplina de matemática aos alunos com algum tipo necessidades educativas especiais? Professor (A): *“É muito difícil, a disciplina já é muito complexa de se aprender e não tem como utilizar recursos audiovisuais devido à estrutura da escola”*. Professor (B): *Com uma aluna no 6º ano, pois ela tem autismo*. Professor (C): deixou a questão em branco. Diante as resposta dos professores percebemos como eles tem dificuldades para responder as perguntas disponíveis no questionário, se auto contradizendo na sua maneira de ensinar, mas levando em conta a resposta da professora (A), ela fala claramente que a escola em que trabalha não tem uma estrutura adequada para atender esses alunos, ou seja, onde dificulta totalmente o trabalho do educador dentro da instituição, porque como trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais se a própria instituição não está preparada para incluir esses alunos.

De uma forma geral, há uma conformidade de que a escolarização de alunos com necessidades educativas especiais para serem satisfatórias deve ser feitas determinadas modificações na escola, tanto em questões acadêmicas quanto na estrutura física.

...a lei nº 10.098/00, que trata das normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, dispôs que o poder público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas. Na regulamentação da lei, o art. 61 do Decreto nº. 5.296/04 definiu: “consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos e equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistiva”. (ALVES, 2006, P. 18)

Como já explicado anteriormente, o ensino é uma ação de aumento da pessoa humana para o aprendizado da cidadania, consiste que tal ação tem início na família e permanece no convívio social, sem o qual se torna infrutífera.

Seguindo esta linha argumentativa sobre as perguntas e respostas feitas aos professores destacaram mais uma resposta dada pelos mesmos, quando perguntamos: Você como professor de matemática utiliza algum recurso auxiliar para ensinar a alunos com necessidades educativas especiais? (B): *“Não”*. (C): *“A escola não oferece nenhum recurso”*. (A): *“Não”*. Percebe-se, portanto, que diante das respostas não existem recursos auxiliar que eles utilizem para ajudar no ensino da matemática, deixando totalmente a desejar a forma que eles ensinam na verdade a esses alunos. O docente norte-americano GARGIULO (2014, p.11.) propõe os pontos fundamentais que devem ser pesquisados, analisando o tema em quatro campos fundamentais: monitoramento do

estado físico do aluno, modificações e adaptações, estratégias instrucionais especializadas e estratégias curriculares diversificadas.

Quanto aos métodos educacionais para o atendimento desses alunos, BICUDO (2004, P. 214) acredita que:

Mudar nosso sistema de Educação Matemática radicalmente, tendo como primeiro objetivo atingir a vasta maioria dos estudantes é criar uma consciência do quê, do como e do por que da matemática. Tal consciência nos faz chegar a duas importantes razões para mudar: para que os cidadãos de amanhã apreciem o papel penetrante da Matemática na cultura e para que os indivíduos que têm interesse em Matemática e talento para ela sejam expostos à sua verdadeira natureza e extensão.

A atuação do educador em sala de aula tem como finalidade acabar com as barreiras que bloqueiem a aprendizagem, para potencializar o aumento e aprendizagem do educando com necessidades educativas especiais.

No campo da Educação Matemática, muitos estudos têm assegurado à importância de uso de novas metodologias em sala de aula com o auxílio em distintos recursos didáticos com a intenção de despertar a motivação e o interesse dos educandos pelos conteúdos estudados, com a expectativa de progresso de aprendizagem. Diante disso, perguntamos aos professores qual metodologia seria mais adequada para ensinar a alunos com necessidades educativas especiais? As respostas foram (A): “Não tem”. (B) “Atendimento individual”. (C): “Considero a sala de recursos como uma ferramenta importante, pena que nossa escola ainda não foi contemplada”. Analisando as respostas temos três respostas totalmente diferente e de grande significado, ou seja, um dos professores pela terceira vez em suas respostas fala da necessidade de sua instituição e fala da importância da sala de recurso que por lei todas as escolas devem ter. Conforme as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica – 2001,

Entende-se por inclusão a garantia, a todos do acesso contínuo do espaço comum da vida em sociedade, sociedade está que deve estar orientada por revelações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

A variação escola/sociedade não é deste modo, uma mera reivindicação escolar de pessoas com necessidades educativas especiais e sim deve ser enfrentada como uma obrigação inadiável da sociedade para os demais cidadãos que necessitam desempenhar o seu direito civil de ensino e direito de ir e vir. Para o desenvolvimento e atendimento em sala de recursos o educador deve ter formação para auxiliar as necessidades educativas especiais de cada educando. Nesse auxílio é de essencial valor que o educador analise os campos do conhecimento, os recursos específicos

para as atividades e aprendizagem, nessa sala o educador necessitará proporcionar o Atendimento Educacional Especializado.

De acordo com o MEC (2006, p.17).

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

Quando perguntamos quais eram suas concepções sobre alunos com necessidades educativas especiais, os três professores participantes da pesquisa deixaram em branco a questão. Portanto mais uma vez os mesmos deixaram a desejar e não conseguiram responder à questão proposta, dessa forma entendemos o pouco entendimento que os professores têm ao falar de alunos com necessidades educativas especiais. Com essas conjecturas pode-se refletir que a formação docente proporcionada não é suficiente, já que é afastada da realidade e quase sempre pautada nas leis, em estudos teóricos e raro relacionado ao cotidiano da escola. De tal modo, ainda que haja formação docente para lidar com as diferenças viventes na escola consecutivamente, há alteração no método pedagógico do educador e a escola continua igual, como SCHLUNZEN (2000, p. 14) afirma que:

(...) o ponto crucial no processo de mudança diz respeito ao professor, ele é o elemento chave da mudança. Não basta um bom currículo, equipamentos da mais moderna tecnologia, software construcionista, escolas bem estruturadas, entre outros fatores, se o professor, que é o responsável por conduzir o processo ensino e aprendizagem não estiver preparado para atuar neste novo contexto escolar.

Nessa visão, pode-se concluir que a transformação da escola para adaptar uma educação e ensino de qualidade a todos permanece vinculada à modificação do método docente, que agrupada ao trabalho do corpo escolar permitiria a construção de escola para todos.

Por fim, pedimos para que eles citassem sugestões que ajudariam a melhorar o ensino da matemática para alunos com necessidades educativas especiais. As repostas foram: (B): “*Prevalecer o direito do aluno, pois para aluno deficiente vale 5 ditos normais*”. (A): “*Seria necessário uma sala multifuncional, cursos de aperfeiçoamento e também um outro profissional para auxiliar nas aulas com esses alunos deficientes. Pois, a cada aluno com deficiência ou transtornos globais vale 5 alunos normais*”. (C): “*Um profissional para dar suporte aos alunos com deficiência durante as aulas*”.

Esta escolha (que cada professor faz ao menos implicitamente) é influenciada por múltiplas variáveis: o ponto de vista do professor a respeito da disciplina ensinada (o que é a matemática?, o que é fazer matemática?), seu ponto de vista a respeito dos objetivos gerais

do ensino e a respeito dos objetivos que considera específicos da Matemática, seu ponto de vista a respeito dos alunos (suas possibilidades, suas expectativas), a imagem que faz das demandas da instituição de ensino (explícitas, implícitas e supostas), da demanda social e também dos pais dos alunos (CHARNAY, 2001, p. 38)

Para o aumento de um método inclusivo, é indispensável que o educador que objetiva uma prática e educação de qualidade para todos se proponha a se auto avaliar, a fim de descobrir recursos para prováveis dificuldades, dúvidas, empecilhos, decorrentes da obrigação de trabalhar com as diferenças. Por isso, nessa pesquisa foi concretizado um método reflexivo, a fim de aperfeiçoar o trabalho pedagógico desenvolvido com caráter que as diferenças fossem apreciadas e todos pudessem estudar, participar e aprender matemática de acordo com suas habilidades potencialidades e interesses.

CONCLUSÃO

Não contemos dúvidas de que todos os sujeitos devem ter direito a uma educação de qualidade. Todavia, a dúvida que mais preocupa e nos chama atenção é como construir essa instituição inclusiva de qualidade para todos? Compreendemos que a educação é o embasamento para o acréscimo de todo e qualquer cidadão e que incluir o estudante com necessidades educativas especiais, é igualmente, uma forma de respeitá-lo possibilitando seu crescimento. Entretanto, ressaltamos que as dificuldades existem, não são raras, nem tão poucas, mas permanecem bem claras, bem como, se paramos para analisar de maneira mais crítica, colocar o estudante em sala de aula regular e Proporcionar a qualidade de ensino que ele necessita e tem direito não é inclusão.

Nesta conjectura o educador é uma referência para o educando e não um simples e mero instrutor, destacar a importância de sua função tanto na construção do pensar, como no desenvolvimento de caracteres do futuro cidadão.

Por meio da análise dos dados da pesquisa que foi concretizada com os educadores de matemática, obtemos respostas para as questões erguidas no presente estudo, para mais, alcançou-se o objetivo traçado, conseguiu-se observar as finalidades dos professores da área e das instituições, embora as respostas encontradas não nos satisfizeram, isto é, o resultado não constituiu muito positivo, contudo o fato fundamental é que se obteve buscar as informações e pode-se avaliar o fato, indicando possíveis avanços, admitindo assim, o presente instrumento de investigação como auxílio e apoio para uma nova investigação.

Observamos também pelo meio da análise da investigação que os dois professores de matemática convidados a participar da pesquisa e não se disponibilizaram, possivelmente sentiram-se inseguros para responder o questionário por ser em relação a este tema ou por medo de expor a realidade da escola, onde nas respostas dos três professores participantes do estudo relatam que a

escola não disponibilizava recursos. A Instituição inclusiva independente do ensino que encontrar-se sendo desenvolvido, é pouco sobreposto na realidade atual das escolas, embora deva se distinguir esta necessidade e ter estudantes que precisam da inclusão por se discutir de um grupo mínimo de educandos, a batalha para o aprimoramento e aperfeiçoamento da instituição inclusiva é mínima dentro da região estudada.

A partir do estudo é perceptível que os docentes das instituições não têm preparação para trabalhar e lidar com os educandos com necessidades educativas especiais, encontra-se amplos problemas de desenvolver com eles os conteúdos da disciplina em questão. A fundamental conclusão que pode ser descoberta com a pesquisa para se garantir o direito de todos ao ensino de matemática de qualidade no ensino “inclusão”, que é o assunto e tema norteado no estudo, é necessário que tenha uma reestruturação na educação, na organização de instituições e educadores, que tenha o máximo apoio e estímulo para a escola de inclusão, só assim teremos uma real educação de qualidade para todos.

Por fim, grifa-se a necessidade e importância de novas pesquisas sobre este tema para que possa se tornar mais aprofundado este estudo tão necessário e grandioso. Porque só assim, teremos o maior número de pessoas preocupadas e interessadas em refletir e discutir o mesmo por este tema e conseguiremos promover uma melhoria na característica e qualidade das escolas inclusivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Denise de Oliveira. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2001. 79 p.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.

BICUDO, Maria A. Pesquisa em educação matemática. Pro-posições, Campinas: FE-Unicamp, Cortez, v. 4, n. 1 (10), p. 18-23, 2014.

CARVALHO, Rosita Édler. Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CHARNAY, Roland. Aprendendo (com) a resolução de problemas. In: Didática da Matemática: Reflexões Psicopedagógicas. PARRA, Cecília; SAIZ, Irma (orgs); trad. Juan Acuña Llorens. 2 ed – Porto Alegre: Artes Médicas, 2001, p. 36-47.

CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 11/10/17

D'AMBROSIO, Beatriz S. Como ensinar matemática hoje? Temas e Debates. SBEM. Ano II. N2. Brasília. 1989.

GARGIULO, R.M. Special Education in Contemporary Society: An Introduction to Exceptionality, 5ª ed., Sage Publications, 2014.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educação especializado. Brasília: 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURÃO, M. P. Formação continuada de professores a distância: concepções de professores sobre a surdez, Libras e educação de pessoas surdas. In: DECHICHI, C.; SILVA, L. C.; FERREIRA, J. M. (Org.). Educação Especial e Inclusão Educacional: formação profissional e experiências em diferentes contextos. Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer Pesquisa Qualitativa. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão: Saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

PINHEIRO, A. P. R. Formação de professores para inclusão de pessoas com necessidades especiais: o caso de cursos de licenciatura da UFRB. 2010. Monografia- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa/BA, 2010.

SZYMANSKI, H. (Org.). A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. Brasília: Plano Editora, 2002.

VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 1991.